

EAL-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Termo de Referência 10/2025

Informações Básicas

Número do artefato10/2025

StatusDISPONIBILIZADO

UASG930560-EAL-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Editado porCARLOS FLORENCIO PIRES

Atualizado em09/02/2026 12:08 (v 7.19)

Outras informações

CategoriaVI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia

Número da ContrataçãoE:05501.0000004433/2025

Processo Administrativo

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a execução de obra para de **Implantação e Pavimentação da Rodovia AL 201, Trecho: Campestre – Jacuípe, com extensão de 14,67km** no estado de Alagoas, nos termos da planilha orçamentária em anexo no Volume Único, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS										
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGENS DE ALAGOAS - DER/AL										
VERSÃO: 01	Implantação, Pavimentação e Drenagem da Rodovia AL201, Trecho Campestre / Jacuípe					EXTENSÃO: 14,67 km		RDE Serviço: 21,35%		
TRECHO: Int: AL-201 Campestre - Jacuípe						DATA: 25/01/2025		RDE Material Adicional: 11,87%		
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										
CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)			PREÇO (R\$)		OBSERVAÇÃO
					DIRETO	INDI	TOTAL	PARCEL	TOTAL	
81.	SERVIÇOS PRELIMINARES									
COMP 81	1.1	Administração local e Manutenção do Canteiro	unil	1,00	3.442.460,79	486.985,38	3.449.326,17	3.449.326,17		Composição
COMP 82	1.2	Mobilização de equipamentos e pessoal	unil	1,00	32.836,42	7.014,83	39.871,25	39.871,25		Composição
COMP 83	1.3	Demobilização de equipamentos e pessoal	unil	1,00	32.836,42	7.014,83	39.871,25	39.871,25		Composição
COMP 84	1.4	Instalação de canteiro de obras e armazenamento	unil	1,00	731.134,87	156.997,29	887.232,16	887.232,16		Composição
COMP 85	1.5	Desafusamento do Projeto	km	14,67	17.149,83	3.664,93	260.930,76	303.937,23		10% - FICHA DE OBRAS - 01/01/2025
103689	1.6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E SINTETICA DE MADEIRA, AT 60x2422_25	m²	24,00	468,93	99,24	366,07	13.337,83		RENAVAL
82.	SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM									
5301701	2.1	Desmontamento de terrenos com diâmetro de 0,15 a 0,30 m	m	20,00	9,76	11,05	42,81	1.254,20		RENAVAL
5301702	2.2	Desmontamento de terrenos com diâmetro maior que 0,30 m	m	12,00	129,40	27,69	197,04	1.834,40		RENAVAL
5301703	2.3	Desmontamento de 4 m de terreno e limpeza de área com áreas de diâmetro até 0,15 m	m²	4469.000,00	0,79	0,13	0,85	391.153,60		RENAVAL
5314301	2.4	Carga, manuseio e descarga de agregados soltos em caminhão basculante de 14 m³ - carga com capacidade de 5,40 m³ e descarga livre	t	138.854,00	2,93	0,62	5,33	487.536,82		RENAVAL
5315309	2.5	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em fecho normal	km	414.982,00	0,92	0,28	1,12	463.961,44		RENAVAL
4417942	2.6	Pagamento de material em fecho livre	m²	92.896,00	2,73	0,58	5,38	505.718,88		RENAVAL
5302109	2.7	Recuperação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DNIT de 50 a 200 m - camião de serviço em fecho normal - com excesso de capacidade basculante de 14 m³	m²	27.987,83	6,24	1,33	7,57	208.848,82		RENAVAL
5302110	2.8	Recuperação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DNIT de 200 a 400 m - camião de serviço em fecho normal - com excesso de capacidade basculante de 14 m³	m²	51.158,28	6,67	1,42	8,09	212.670,49		RENAVAL
5302111	2.9	Recuperação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DNIT de 400 a 600 m - camião de serviço em fecho normal - com excesso de capacidade basculante de 14 m³	m²	13.899,18	7,06	1,51	8,57	135.741,32		RENAVAL
5302112	2.10	Recuperação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DNIT de 600 a 800 m - camião de serviço em fecho normal - com excesso de capacidade basculante de 14 m³	m²	9.756,79	7,79	1,68	9,47	93.822,82		RENAVAL
5302113	2.11	Recuperação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DNIT de 800 a 1.000 m - camião de serviço em fecho normal - com excesso de capacidade basculante de 14 m³	m²	29.845,63	8,09	1,73	9,83	282.978,83		RENAVAL
5302114	2.12	Recuperação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DNIT de 1.000 a 1.200 m - camião de serviço em fecho normal - com excesso de capacidade basculante de 14 m³	m²	4.424,79	8,57	1,79	10,36	44.954,91		RENAVAL
5302115	2.13	Recuperação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DNIT de 1.200 a 1.400 m - camião de serviço em fecho normal - com excesso de capacidade basculante de 14 m³	m²	96,18	9,08	1,84	11,02	1.059,82		RENAVAL
5302116	2.14	Recuperação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DNIT de 1.400 a 1.600 m - camião de serviço em fecho normal - com excesso de capacidade basculante de 14 m³	m²	24.817,83	9,32	1,99	11,31	280.654,21		RENAVAL
5302117	2.15	Recuperação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DNIT de 1.600 a 1.800 m - camião de serviço em fecho normal - com excesso de capacidade basculante de 14 m³	m²	4.485,83	9,61	2,03	11,68	32.049,49		RENAVAL
5302119	2.16	Recuperação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DNIT de 2.000 a 2.500 m - camião de serviço em fecho normal - com excesso de capacidade basculante de 14 m³	m²	36.339,67	10,09	2,31	13,11	479.294,36		RENAVAL

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS										
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGENS DE ALAGOAS - DER-AL										
NBR VIGÊNCIA: Implantação, Pw manutenção e Despesa de Início de AL200, Tracheamento / Asfalto		EXTENSÃO: 1467 m²		BRN análise: 25,35%						
PROPOSTA: Ene AL-200 Computo - Asfalto		DATA BASE: julho-25		B/E Material-Asfalto: 11,07%						
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										
CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)			PREÇOS (R\$)		OBSERVAÇÃO
					ORÇADO	DER	TOTAL	PARTIAL	TOTAL	
2003705	4.5	Asfalto empedrado de concreto - SP C 100/20 - aplicação finalizada - área a ser asfaltada	m²	5.912,500	56,56	1.531	903,91	1.938.530,00		903,91
2003705	4.6	Asfalto empedrado de concreto - SP C 90/20 - aplicação finalizada - área a ser asfaltada	m²	5.009,800	79,08	1.531	893,87	5.117.183,76		903,91
2003705	4.7	Aspreção de superfície asfáltica - TPO 10/20 - área a ser asfaltada	m²	1.500	35.192,07	25.643,51	1.406,76	1.646,69		903,91
2003705	4.8	Formado para drenagem d'água - 43,5x 45 - Á - área a ser asfaltada	m²	11.600	194,25	59,54	233,96	2.646,02,17		903,91
2003718	4.9	Formado para drenagem d'água - 43,5x 45 - B - área a ser asfaltada	m²	2.400	207,13	57,01	528,14	577,93,74		903,91
2003705	4.10	Formado de drenagem tipo triplo - 30x30 60/30 - área a ser asfaltada	m²	28.500	362,01	77,28	438,78	1.254.697,00		903,91
2003705	4.11	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - área a ser asfaltada	m²	38.900	479,17	16,08	811,25	2.817.420,00		903,91
2003776	4.12	Formado de drenagem - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	87.400	479,43	16,08	823,29	71.643,77,99		903,91
2003776	4.13	Formado de drenagem - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	5.600	479,43	14,61	823,29	4.659,22,38		903,91
2003776	4.14	Formado longitudinal para drenagem - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	6.990,000	181,58	58,79	238,32	1.624,67,00,00		903,91
2003705	4.15	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	7.400	266,17	67,38	325,47	1.164,72,78		903,91
2003776	4.16	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	2.900	711,56	57,31	1.005,56	1.947,93,76		903,91
2003776	4.17	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	2.900	7.555,97	1.222,69	6.984,64	1.190,69,47		903,91
COMP 12	4.18	Validade decorrente com ampliação e complementação finalizada - frente e costas de rede convencion	m²	1.335,200	175,40	37,02	216,42	2.843,78,00		1.335,200
5110358	4.19	Formado com capacidade finalizada de 10 m² - indicia por produtividade	m²	17.751,136	1,23	0,28	1,09	2.041,11,65		903,91
5110358	4.20	Formado com capacidade finalizada de 10 m² - indicia por produtividade	m²	2.645.538,500	0,83	0,17	0,00	2.592,43,75,00		903,91
5103757	4.21	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	2.759,750	6,81	1,67	8,38	228,58,72		903,91
5115105	4.22	Formado com capacidade finalizada de 10 m² - indicia por produtividade	m²	1.817,800	17,80	5,08	23,48	3.911,68,78		903,91
5103757	4.23	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	587,900	838,49	11,52	849,76	523,53,00		903,91
5103757	4.24	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	587,900	491,30	14,73	506,01	339,67,93		903,91
5103757	4.25	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	177,100	3.328,89	28,57	1.608,82	2.951,25,20		903,91
5103757	4.26	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	1.700	1.959,00	41,88	2.378,58	3.404,53,79		903,91
5103757	4.27	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	9.600	3.468,85	70,83	4.208,49	41.252,38,00		903,91
705275	4.28	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	12.000	6.000,28	325,73	7.166,53	8.875,83,00		903,91
705260	4.29	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	4.200	8.165,23	170,88	9.837,27	41.029,52,74		903,91
705375	4.30	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	1.800	1.651,08	234,18	12.172,09	2.181,08,62		903,91
504359	4.31	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	41,00	1.672,58	399,75	2.272,13	931.573,13		903,91
504359	4.32	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	2.265,21	479,39	2.679,94	53.472,00	53.472,00		903,91
504359	4.33	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	420	2.979,77	61,83	3.464,94	139.784,00		903,91
504417	4.34	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	1.800	4.910,22	85,19	4.966,46	9.075,92,18		903,91
504421	4.35	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	2.000	4.606,23	99,23	5.675,96	11.359,20,00		903,91
504417	4.36	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	2.000	5.146,67	109,73	6.236,28	12.476,68		903,91
504417	4.37	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	2.000	4.466,90	129,83	5.676,12	11.359,20,00		903,91
504417	4.38	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	2.000	5.885,22	147,58	6.078,88	12.476,68		903,91
705375	4.39	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	200	25.177,42	471,73	25.674,87	2.043.790,28		903,91
705375	4.40	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	2.000	24.896,17	532,83	25.388,13	2.043.790,28		903,91
705375	4.41	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	2.000	23.485,74	576,83	24.458,67	7.600,53,74		903,91
705411	4.42	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	2.000	28.988,12	678,74	31.455,36	42.871,72		903,91
705411	4.43	Formado de drenagem tipo duplo - 30x30 60/30 - Á - área, frente e costas de rede convencion	m²	2.000	38.740,61	6.613,37	37.305,71	7.600,53,74		903,91



## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos

Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Esta obra tem como objetivo solucionar problemas identificados e atender às necessidades da comunidade local. A seguir, detalhamos os aspectos técnicos e a relevância dessa construção:

### 2.2.1 Problema Identificado:

- A Rodovia AL 201 que liga os municípios de Campestre a Jacuípe encontra-se sem pavimentação, dificultando o deslocamento dos habitantes da região bem como o escoamento da produção agrícola e pecuária local;
- A região também possui atividades turísticas, como a visita aos sítios históricos e naturais, que atraem turistas da região e de outros estados;
- Nos meses compreendidos pelo período chuvoso aumenta a dificuldade de deslocamento entre os habitantes da região em virtude da deterioração do corpo estradal, ou seja, a deterioração da estrutura de uma estrada, ocorre devido a diversos fatores supramencionados que podem levar à perda da capacidade de suporte e à redução da vida útil da via existente aumentando a quantidade de buracos, onde nestes acumulam água e lama;
- No período de seca a um grande aumento de problemas respiratórios na população residente na região, com a passagem de carros e caminhões que geram sujeira e poeira;
- A dificuldade de acesso aos serviços básicos oferecidos pelos órgãos públicos.

### 2.2.2 Real Necessidade:

- A implantação da via é fundamental para melhorar a trafegabilidade na região;
- Possibilitará acesso aos serviços básicos com mais eficiência tais como saúde, educação transporte público, e acesso seguro aos moradores para suas residências;
- Além da comodidade, a obra impulsionará o desenvolvimento econômico e terá uma maior integração territorial.

### 2.2.3 Objetivos da Contratação:

- Facilitar a mobilidade, melhorando o tráfego de veículos automotores entre os municípios de Campestre e Jacuípe;
- Fortalecer a economia local, beneficiando o comércio da região;
- Promover melhorias na qualidade de vida e segurança.

### 2.2.4. Características Técnicas:

- Rodovia: AL 201 – trecho Campestre/Jacuípe, com 14,67 Km de extensão, com faixa de rolamento de 7,0 m e acostamento com 1,0 m em ambos os lados;
- Pavimentação: Asfalto

#### 2.2.5. Impactos Sociais e Ambientais:

Benefícios: Melhoria na qualidade de vida e acesso a serviços básicos.

Preservação ambiental: Estudos minimizarão impactos na fauna, flora e ecossistema aquático

2.3. Em resumo, essa obra estratégica conectará pessoas, fomentará a economia e facilitará o acesso a serviços básicos, promovendo o desenvolvimento da região e uma maior integração territorial, dos municípios de Campestre, Jacuípe e consequentemente no estado de Alagoas.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

### 3. Descrição da solução

#### 3. Descrição da solução

##### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Este projeto visa beneficiar os cidadãos dos municípios de Campestre e Jacuípe bem como a todos das regiões circunvizinhas que necessitam trafegar pela rodovia que fará a ligação entre os municípios, conectando as sedes dos municípios, melhorando o deslocamento entre os habitantes da zona urbano bem como das comunidades rurais. Abaixo, detalhamos os principais aspectos da solução:

##### 3.2.1 Características Gerais:

A rodovia de aproximadamente 14,67Km de extensão, com faixa de rolamento de 7,0 m e acostamento de 1,3 m em ambos os lados;

A pavimentação será em asfalto.

#### 3.2.2. Garantia:

Com base no disposto no art. 618 do Código Civil que prevê a responsabilidade objetiva do mesmo em prestar garantia por suas obras no período de cinco anos, a contar do recebimento da obra pela contratante, respondendo por sua solidez e segurança.

#### 3.2.3. Preservação Ambiental:

Realizaremos estudos para minimizar impactos na fauna, flora e no ecossistema aquático durante a construção e operação.

#### 3.2.4. Benefícios Sociais e Econômicos:

Acesso seguro e inclusivo, organização, instalações adequadas, fortalecimento da economia local e descarte de resíduos correto.

#### 3.2.5. Justificativas Técnica e Econômica:

A escolha da pavimentação em asfalto foi concebida visando definir e detalhar estruturas viáveis que suportem a solicitação de carga em seu período de vida útil, em termos técnico-econômicos a serem executados na pista de rolamento da via;

A obra impulsionará o desenvolvimento regional, facilitando o acesso, proporcionará melhoria significativa na segurança e maior integração territorial.

Em resumo, essa obra será uma solução técnica, sustentável e economicamente viável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e o progresso dos municípios de Campestre e Jacuípe localizados na região norte do estado de Alagoas.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. Requisitos da contratação

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos pela empresa contratada na execução da obra, a fim de manter a observância das boas práticas de sustentabilidade ambiental:

4.1.1. Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;

4.1.2. Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;

4.1.3. Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;

4.1.4. Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contratar as Associações e/ou Cooperativas de atadores de materiais recicláveis;

4.1.5. Práticas de redução de consumo de papel, utilizando-se o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos;

4.1.6. Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;

4.1.7. Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;

4.1.8. Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA

nº 401/2008, alterada pela Resolução CONAMA nº 424/2010;

4.1.9. Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;

4.1.10. Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPIs necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

4.1.11. Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação empresas que tenham certificação ambiental; e

4.1.12. Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.

### **Subcontratação**

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% ( trinta por cento) do valor total do contrato ,em relação as parcelas das obras e serviços de natureza especificas destacadas como de menor relevância técnica e valor não significativo, conforme definido pela administração.

### **Garantia da contratação**

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam [os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#) , no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### **Vistoria**

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, deve ser exigido uma declaração de vistoria entre os documentos de habilitação, tornando-o obrigatório a todos os interessados em participar do certame licitatório.



4.8. A comprovação desta vistoria dar-se-á por declaração do próprio licitante, não sendo expedido pela Administração Pública e sim pelo próprio licitante, devendo o referido instrumento ser declarado por responsável técnico para tal ato, desde que o profissional possua pleno conhecimento do objeto da licitação, sem necessidade de agendamento, observando-se o prazo para a entrega dos documentos de habilitação;

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. Modelo de execução do objeto**

#### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Conforme a emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Prazo de execução do objeto: 360 (trezentos e sessenta) dias de acordo com ordem de serviço, conforme cronograma físico em anexo no volume único;

5.1.3. Os métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, deverão seguir o Volume único;

5.1.4. O Cronograma de realização dos serviços encontra-se no Volume Único, cronograma físico-financeiro.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados nos municípios de Campestre e Jacuípe, região norte do estado de Alagoas, conforme volume de projetos.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.3.1. Os funcionários da contratada deverão estar uniformizados e devidamente identificados.

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6. Modelo de gestão do contrato**

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ( [Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ( [Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#)).

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **Gestor do Contrato**

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual,

baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7. Critérios de medição e pagamento**

#### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

##### **7.1. Avaliação da execução:**

7.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.1.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

ou

7.1.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

## **Do recebimento**

7.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.2.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.3.3. O fiscal do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.3.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em

consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.3.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).

7.3.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata esse subitem será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índices Setoriais para Obras Rodoviárias, da Fundação Getúlio Vargas.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20.1. O Contratado assumirá os custos decorrentes da transferência de valores caso indique conta bancária que não seja da Caixa Econômica Federal – CEF.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. Critérios de seleção do fornecedor**

#### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO** Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO e modo de disputa ABERTO.

#### **Regime de execução**

8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada de preço unitário.

#### **Critérios de aceitabilidade de preços**

8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade ([art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

8.4.1. valor global: conforme valor estimado da licitação.

#### **Exigências de habilitação**

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.5.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br>

[/empreendedor](#);

8.5.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

8.5.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.5.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.5.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.5.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.12. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.5.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.5.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.15. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.5.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.5.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

8.5.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois)

últimos exercícios sociais, comprovando:

8.5.20.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.5.20.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.5.20.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.5.20.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

8.5.20.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;

8.5.20.6. Comprovação de que dispõe o Capital Social de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei.

8.5.21. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

8.5.22. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;

### **Qualificação Técnica**

8.5.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.5.24. Registro ou inscrição da empresa contratada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), conforme as áreas de atuação previstas no Manual /Termo de Referência, em plena validade;

8.5.25. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.5.26. Apresentação do(s) profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes;

8.5.26.1. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;

8.5.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.5.28. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.5.28.1. Considerando que a exigência mínima pontuada não restringe a competitividade quanto à participação de empresa no certame licitatório, e sim como propósito de permitir à Administração Pública avaliar a capacidade técnica das empresas interessadas, unicamente, para resguardar a necessidade de contratação de empresa com experiência no ramo, faz-se necessária a exigência de quantitativos mínimos para comprovação da capacidade técnica de “serviços” estabelecidos com base na parcelas de maior relevância e valor significativo para comprovação da capacidade técnico – profissional, não implicando restrição ao caráter competitivo;

8.5.28.2. Salientamos que a exigência de quantitativos mínimos não deve ser prevista com relação ao número mínimo de atestados e sim quanto à quantidade mínima de serviços referentes aos itens de maior relevância do objeto;

8.5.28.3. Considerando a justificativa da necessidade de exigência de comprovação técnica exposta acima, devido se tratar de obra de alta complexidade, recomendamos:

8.5.28.3.1. Que a empresa licitante apresente certidões de acervo técnico de seus responsáveis técnicos, devidamente registrado no CREA-AL, que comprove ter executado itens de serviços realizados em obras que somados seus atestados totalize as quantidades a seguir:

DISCRIMENAÇÃO DOS SERVIÇOS	Unid.	Quantidade	(%)	Quantidades mínimas:
Base ou sub-base de brita graduada com brita comercial	m³	21.821,93	23%	10.910,97
Concreto asfáltico - faixa C - areia e brita comerciais	t	16.132,92	20%	8.066,46
Base ou sub-base estabilizada granulometricamente com mistura solo brita (70% - 30%)	m³	30.612,36	11%	15.306,18
na mist. com material de brita e brita comercial - 100% Densior modificado	m³	11.562,00	10%	5.781,00
Colchão drenante com espalhamento e compactação mecânicos - brita comercial (ref. SICR)	m³	204.636,00	4%	102.318,00

8.5.28.4. Considerando que as exigências relacionadas acima se respaldam na LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE

2021, fizemos uma relação baseado nos itens A de maior relevância da curva ABC de serviços apresentada, sendo adotado o critério de exigência de comprovação de execução por parte dos interessados de quantidades consideradas relevantes que foram extraídos de números arredondados da proporção em torno de 50% ou menos dos valores da planilha como a condição mínima para execução dos serviços, todos com percentual maior que 4% apresentados na Curva;

8.5.28.5. A Justificativa e a seleção desses itens foram fundamentadas pela curva ABC, método utilizado pelos órgãos de controle: TCU, CGU, CEF, entre outros. Essa ferramenta se constitui num método de classificação de informações, onde se separam itens de maior importância ou impacto dentro do contexto;

8.5.29. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.5.29.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5.30. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observadas as condições estabelecidas no edital. O consórcio deverá apresentar documento de compromisso de constituição,

indicação da empresa líder, definição das responsabilidades técnicas e administrativas de cada consorciada e declaração de que, em caso de adjudicação, será formalizado instrumento jurídico próprio. Cada empresa consorciada deverá comprovar individualmente o atendimento às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica aplicáveis, salvo quando a legislação permitir o atendimento de forma conjunta. Caso o admita a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar.

8.5.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.5.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.5.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.5.30.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.5.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.5.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.5.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 58.377.601,84

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 58.377.601,84

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor de referência corresponde a R\$ 58.377.601,84 (cinquenta e oito milhões, trezentos e setenta e sete mil, seiscentos e um reais e oitenta e quatro centavos), conforme consta no Volume único.

9.2 A estimativa do valor da contratação levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do contrato.

#### Quanto a tabela de referência dos serviços e dos insumos do orçamento

9.3. Foi verificado na planilha orçamentária que foi adotado como padrão de referência a Tabela de preços unitários e de insumos fornecida pelo SICRO/AL com **data base JULHO/2025**, sendo utilizado em alguns itens, inclusive, a criação de algumas composições, que foram elaboradas com base nas tabelas do SICRO/AL e SINAPI/AL, todos na mesma base de Julho/2025.

9.4. Verificou-se que os insumos não encontrados no SICRO foram coletados com preços de mercado da região, seguindo o parâmetro de pesquisa dada pela Instrução Normativa IN SLTI/MPOG 5/2014, e sugerida pelo TCU, **em conformidade ao referenciado na página 45 da cartilha "Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas"**.

#### Quanto aos encargos sociais adotados

9.5. A mão de obra principal utilizada é SICRO/AL. Os encargos sociais adotados para mão de obra horista e mensalista não desonerado estão indicados na respectiva tabela de referência sendo adotada a data base Julho2025, e anexada aos autos, considerando-se, portanto, atendido o demonstrativo analítico de encargos sociais utilizados conforme descrito na página 96 da cartilha "Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas".

#### Quanto à adoção da taxa de BDI referencial

9.6. No BDI adotado foi considerado apenas despesas de taxa de rateio da administração central; percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (excluídos aqueles de natureza direta e personalista que oneram o contrato); taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; despesas financeiras; e taxa de lucro. E está em conformidade com o Acórdão 2622/2013 do TCU, onde foi adotado como parâmetros de referência do BDI, os valores conforme codificação CNAE do respectivo tipo de obra: construção de rodovias, como consta nas páginas 87 e 88 da cartilha "Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas", obtendo-se a taxa do BDI Referencial não desonerado no valor 21,35% (vinte e um vírgula trinta e cinco por cento) e BDI diferenciado não desonerado de 11,07%, conforme demonstrado no anexo Volume 03 - Orçamento.

9.7. Ressaltamos que foi adotado os custos da tabela de referência não desonerada por ser a mais vantajosa para administração pública, conforme planilha comparativa em anexo volume de Orçamento.

10. Adequação orçamentária

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A disponibilidade orçamentária para atendimento da despesa do presente projeto que ocorrerá conforme classificação abaixo, prevista no orçamento do Estado de Alagoas para o Exercício de 2025, através na Lei Orçamentária Estadual nº 9.147, de 16 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 17 de janeiro de 2024.

10.2. A contratação será atendida pela(s) seguinte(s) dotação(s):

Classificação institucional:

Unidade Orçamentária: 35538

Classificação funcional – programática: 26.782.1032.3662 – CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA MALHA VIAVIA DO ESTADO/ (26.782.1032.3670.) – PROGRAMA CONECTA ALAGOAS /(26.782.1032.3674 - PROGRAMA VISÃO ALAGOAS).

Categoria Econômica: Despesa de Capital

Modalidade de Aplicação: Aplicação Direta

Natureza da Despesa: 4.4.90.51

Fonte de Recursos: Recursos do Tesouro

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS FLORENCIO PIRES



Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 09/02/2026 às 12:08:05.*